

Sr. Presidente,  
Sras. e Srs. Deputados,  
Sr. Presidente,  
Sra. e Srs. Membros do Governo

No início desta Legislatura, numa abordagem à problemática da exclusão social, tive a oportunidade de afirmar, nesta tribuna, que me recusava a acreditar que levar o homem à lua ou clonar animais fosse **realmente** mais fácil do que proporcionar a todos condições de acesso e sucesso educativos, construir casas dignas para todos, proporcionar a todos empregos justamente remunerados e acesso a cuidados de saúde, em suma: assegurar a todos o pleno exercício dos seus direitos e deveres de cidadania.

No entanto, a verdade é que, em pleno século XXI, já é possível por exemplo fazer clonagens mas estamos ainda longe de concretizar o segundo conjunto de objectivos.

Não conseguimos erradicar a pobreza, nem tão pouco prevenir o seu agravamento, ou o surgimento de novas vulnerabilidades e formas de exclusão social que, no nosso país, afectam o bem-estar de milhares de crianças, jovens, idosos e famílias.

Todos afirmam a necessidade e o desejo de alterar esta realidade. Diria mesmo que se tornou moda, ou pelo menos politicamente correcto, defender uma sociedade mais justa e solidária. Contudo, ainda não nos conseguimos organizar enquanto sociedade, por forma a definir políticas congruentes com este discurso e implementar práticas capazes de assegurar a sua concretização.

Sr. Presidente,  
Sras. e Srs. Deputados,  
Sr. Presidente,  
Sra. e Srs. Membros do Governo

O discurso pode ser politicamente correcto, mas as políticas ainda não são correctas.

A prová-lo está o facto de continuarmos a ser confrontados diariamente com notícias sobre crianças vítimas de abandono, abusos ou negligência; jovens e adultos que se debatem com situações de desemprego, sub-emprego ou emprego precário; aumento do número de pessoas em situação de pobreza; idosos que se vêem privados do convívio com os seus familiares e que enfrentam situações de isolamento; famílias incapazes de desempenharem o seu papel de protecção e promoção do bem-estar dos seus membros.

E estas não são notícias que nos chegam de um qualquer país sub-desenvolvido.

Fazendo fé nas vontades expressas emanadas de todos os quadrantes políticos, se concordamos todos com a necessidade de alterar este estado de coisas a que se deverá, então, esta nossa dificuldade?

Dizia eu, no início de 2001, julgar que a nossa incapacidade ou ineficácia na resolução dos chamados problemas sociais se ficaria a dever, não à complexidade desses mesmos problemas, como muitos argumentam em jeito de desresponsabilização, nem tão pouco à escassez de recursos disponíveis, mas antes à prioridade que atribuímos, ou melhor, que não atribuímos, à sua resolução, aos níveis de investimento que nos predispomos efectuar bem como à adequação dos métodos que optamos utilizar.

Hoje, no final da legislatura, mas também em período de perspectivar o próximo quadriénio, mantenho esta mesma convicção e sinto-me, novamente, motivada para retomar esta análise, na expectativa de poder, de alguma forma por mais modesta que seja, contribuir para a organização de respostas mais adequadas.

Sr. Presidente,  
Sras. e Srs. Deputados,  
Sr. Presidente,  
Sra. e Srs. Membros do Governo

Nas últimas décadas temos, enquanto sociedade, sofrido um conjunto de alterações que considero significativas para esta análise, desde a crescente globalização, à maior mobilidade, passando por fenómenos como uma maior urbanização, o envelhecimento da população e as alterações na estrutura da família.

Se podemos argumentar que qualquer um destes processos era inevitável, ou mesmo desejável, não podemos deixar de assumir que também contribuiu para expor as populações a novas vulnerabilidades que derivam do contacto e convívio com um conjunto de novos factores físicos, ambientais, sócio-económicos e políticos. Gerou-se um estado de maior exposição a determinados riscos e incertezas combinado com uma menor capacidade de se proteger e defender desses mesmos riscos e incertezas e de lidar, de forma adequada com as suas consequências negativas.

No ano em que se comemora o décimo aniversário do Ano Internacional da Família, gostaria de centrar esta abordagem nas alterações verificadas na estrutura familiar.

Não pretendo fazer uma análise qualitativa. Não vou argumentar se o modelo de família ou de famílias que conhecemos hoje é melhor ou pior do que o modelo em que os meus pais cresceram. O que sei, o que é reconhecido mundialmente, e o que quero aqui salientar é que as alterações verificadas na estrutura familiar afectaram significativamente a capacidade da família para continuar a desempenhar todas as suas funções.

Não podemos fazer vista grossa a factos como o progressivo aumento de divórcios, o aumento de famílias monoparentais, a descida da taxa de natalidade, o decréscimo das redes familiares de apoio, a redução do tamanho das famílias e o envelhecimento demográfico.

Tão pouco podemos querer convencer-mos de que apesar destas mudanças a família continua igualmente apta a desempenhar o mesmo papel e com o mesmo grau de eficácia.

Também aqui os dados indicam o contrário.

Consideremos por exemplo factores como a violência doméstica, as crianças em risco, o abandono e insucesso escolar, as dependências, a solidão dos idosos, as doenças sexualmente transmissíveis etc.

Não pretendo argumentar existir uma relação causal directa entre as alterações na estrutura familiar e estes indicadores de mal-estar familiar e social. Julgo pelo contrário que se deverão certamente a um conjunto de factores, que aqui tenho vindo a intitular de vulnerabilidades, de ordem social, económica, e política, sendo certo que a interacção entre eles cria uma espécie de ciclo vicioso que potencia os seus impactos negativos, enquanto reduz as capacidades de reacção.

No entanto se continuamos a considerar, a família como o contexto privilegiado de promoção de um desenvolvimento pessoal e social harmonioso, e os discursos nesse sentido têm abundado particularmente este ano, temos também de continuar a reconhecer o apoio que lhe é devido, até por imperativo constitucional, no sentido de potenciar as suas competências e facilitar o desenvolvimento pleno das suas funções.

Sr. Presidente,  
Sras. e Srs. Deputados,  
Sr. Presidente,  
Sra. e Srs. Membros do Governo

Já foram dados passos significativos. Considero, contudo que este apoio às famílias tem de ser repensado. Pode ter como pano de fundo as características das famílias que desejamos, mas terá de ser adaptado às características das famílias que efectivamente temos, mantendo bem presente as reais dificuldades com que hoje se debatem.

O discurso politicamente correcto tem de produzir as correspondentes políticas correctas.

Não nos podemos querer manter agarrados aos mecanismos tradicionais de solidariedade e segurança social e esperar que sejam eficazes perante realidades que sofreram alterações tão significativas.

Não podemos defender o modelo de família com pais casados e, ao mesmo tempo manter uma política fiscal que penaliza os casais;

Não podemos apregoar que a família é o melhor contexto para cuidar dos idosos e não as apoiar nessa tarefa, enquanto subsidiamos o internamento do idoso nos lares;

Não podemos fazer a defesa da maternidade/paternidade e, em simultâneo fazer acompanhar a opção pelo exercício dessa função de custos económicos, que a torna acessível apenas a alguns, regra geral aqueles que dispõem de mais recursos;

Não podemos continuar a defender que o lar da família é o melhor contexto para a educação das crianças nos primeiros anos de vida, enquanto apoiamos a colocação de crianças em creches mas não

apoiamos, em idêntica medida, as famílias que optam por manter os filhos em casa;

Não podemos incentivar as famílias a terem mais filhos enquanto a nossa política fiscal penalizar as famílias numerosas;

Não podemos defender estratégias de diferenciação positiva para as famílias mais carenciadas e, em simultâneo, adoptar políticas fiscais e de emprego que, em situações de crise, colocam precisamente as famílias mais vulneráveis, e que dizíamos querer proteger, sob pressão acrescida. Sem emprego, sem poupanças e sem apoios sociais as famílias ficam obviamente mais vulneráveis e em risco de entrarem em situações de pobreza;

Não podemos continuar a apregoar a aposta numa política social centrada na reinserção das famílias e insistir em manter um funcionamento ainda assente no modelo assistencialista em que um técnico “apoia” cem planos de reinserção; e

Não podemos continuar a dizer que temos de apostar cada vez mais em intervenções de cariz preventivo enquanto continuamos a optar por modelos predominantemente remediativos, que fazem depender o apoio à família da constatação da situação de pobreza.

Nem tão pouco, ao nível da União Europeia, podemos manter um discurso de valorização da família enquanto, em simultâneo, se aprovam directivas que prevêm a isenção de IVA na venda de armamento a um Estado pertencente à NATO, mas não permite isentar deste mesmo imposto a venda de fraldas ou carrinhos de bebé.

Sr. Presidente,  
Sras. e Srs. Deputados,  
Sr. Presidente,  
Sra. e Srs. Membros do Governo

Não pretendo deixar a mensagem de que ainda nada se fez.

Pelo contrário, considero que fizemos já um longo percurso, por certo muito diferenciado, com níveis de progresso muito desiguais, e composto por avanços e recuos, mas que produziu já ganhos significativos.

Contudo, muito ainda há a fazer.

O principal desafio que hoje se nos coloca prende-se, sobretudo com a nossa capacidade e disponibilidade para evoluirmos de uma perspectiva de política de apoio à família, para uma **perspectiva de família** na definição das diferentes políticas sectoriais.

Quer isto dizer que, para além de definirmos medidas específicas de promoção e apoio à família no seu todo e a cada um dos seus subsistemas apoiando o desempenho dos seus papéis específicos, sejamos também capazes de analisar as diferentes políticas sectoriais com uma outra sensibilidade, ou seja, à luz do impacto que terão na família.

Cumpre-nos, de igual forma, assegurar a necessária articulação entre os diferentes departamentos governamentais, factor indispensável coerência e congruência política, essencial para que alcancemos os objectivos que todos defendemos.

É esta a mensagem, que gostaria que retivessem desta intervenção.

Mas é também a mensagem que Sr. Koffi Annan nos deixa por ocasião Dia Internacional da Família, reconhecendo o muito que ainda há a fazer na definição e implementação de políticas e programas de apoio à família.

E é também esta a mensagem expressa pelo Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas num conjunto de documentos publicados recentemente e dos quais salientaria:

- Relatório das Nações Unidas sobre a Situação Social no Mundo de 2003;
- Abordagens a Políticas de Apoio à Família: um perfil de oito países, de 2001; e
- Famílias e o Mundo do trabalho: um perfil de políticas sensíveis à família em quatro países, de 2000.

Não vou aqui fazer uma análise destes documentos. Fica a referência para quem se interessar por este assunto.

Estou confiante de que, em todos os palcos políticos, e também nesta Assembleia Legislativa Regional, saberemos analisar os percursos efectuados e perspectivar novos rumos de acção.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Junho de 2004

A Deputada Regional,

Nélia Amaral